

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. –
ECONORTE**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE**, sociedade por ações com sede na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Seimu Oguido, nº 242, Parque ABC II, CEP 86075-140, inscrita no CNPJ sob o nº 02.222.736/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo),

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, inscrita no Cadastro CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"); e

ainda, na qualidade de intervenientes garantidores,

(c) **TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Olimpíadas 205/1402, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("TPI"); e

(d) **RIO TIBAGI SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E APOIO RODOVIÁRIO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Jataizinho, Estado do Paraná, na Rua Monteiro Lobato, nº 288, Centro, CEP 86.210-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.395.499/0001-34, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Rio Tibagi" e, conjuntamente com a TPI, os "Garantidores");

vêm celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 10 de maio de 2011 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Fiança (conforme definida abaixo) prestada pelos Garantidores foi autorizada (i) em Reunião do Conselho de Administração da TPI, realizada em 28 de abril de 2011 ("Aprovação TPI"); e (ii) em Reunião de Sócios da Rio Tibagi, realizada em 10 de maio de 2011 ("Aprovação Rio Tibagi").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA

2.1.1. As Debêntures (conforme definidas abaixo) serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Oferta Restrita”), com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander” ou “Coordenador Líder”) e do BB – Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” e, em conjunto com o Santander, os “Coordenadores”), nos termos da Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM nº 476/09”).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM nº 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.3. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, nos termos do artigo 25, § 1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Registro nas Juntas Comerciais e Publicação das Atas

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Folha de Londrina, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2 A ata da Aprovação TPI será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. A ata da Aprovação Rio Tibagi será registrada na JUCEPAR e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Folha de Londrina, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em virtude da Fiança (conforme definida abaixo), a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e Jataizinho, Estado do Paraná, e encaminhadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis dos efetivos registros.

2.4. Registro das Garantias

2.4.1. A assinatura dos Contratos de Garantia, seus registros nos órgãos competentes e, quando aplicável, sua averbação nos livros de registro de ações da Emissora, com a consequente constituição das garantias objeto dos referidos instrumentos, são condições para a realização da Emissão, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

2.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e (ii) negociação no mercado secundário, através do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as Debêntures distribuídas, negociadas, liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09 (“Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, bem como depois de cumpridas, pela Emissora, as obrigações do artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a realização, com exclusividade e sob o regime legal de concessão, da exploração dos seguintes segmentos rodoviários: (a) Rodovia PR-323, da divisa dos Estados do Paraná e de São Paulo (Porto Charles Nauffal) ao entroncamento da rodovia PR-445 (Warta), numa extensão de 62,00 Km; (b) Rodovia PR-445, do entroncamento com a rodovia PR-323 (Warta) ao entroncamento com a rodovia BR-369 (em Londrina/PR), numa extensão de 14,00 Km; (c) Rodovia BR-369, desde o entroncamento com a rodovia BR-153, na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo, ao acesso oeste a Cambé/PR, numa extensão de 169,1 Km; (d) Trecho ofertado representado pela rodovia PR-090, do entroncamento com a rodovia BR-369 ao entroncamento com a rodovia PR-323, numa extensão de 29,77 Km; (e) Rodovia BR-153, no trecho compreendido entre a ponte sobre o rio Paranapanema ao entroncamento com a rodovia PR-092, numa extensão de 51,6 Km; (f) Rodovia PR-090, no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-369 ao trevo de acesso ao município de Assai/PR, numa extensão de 14,3 Km; totalizando, todos os trechos, a extensão de 340,77 km, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação, operação e exploração de rodovias.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 120 (cento e vinte) debêntures (as “Debêntures” e, cada uma individualmente, “Debênture”).

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados para (i) alongamento do perfil da dívida, (ii) recomposição do caixa da Emissora para usos gerais, inclusive a distribuição de

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e (iii) antecipação de despesas à Rio Tibagi.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. A presente Escritura de Emissão representa a 2ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Mandatário").

3.7.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores, observados os termos e condições definidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte" ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM nº 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que: (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos); e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que, dentre outros: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de maio de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

4.3.2. O público-alvo da colocação das Debêntures será composto exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409"), conforme alterada ("Investidores Qualificados"), ou pela norma que a substitua, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do Agente Escriurador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos titulares de Debêntures (os "Debenturistas") que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.3. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em até 6 (seis) meses contados do início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º, § 2º, da Instrução CVM nº 476/09.

4.7. Prazo de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.11 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida (conforme definidos na Cláusula 4.9 abaixo), calculada da forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas, conforme as datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma data de amortização ("Data de Amortização"):

Data de Amortização de Principal (Valor Nominal)	Valor (R\$)	Porcentagem do Valor Nominal Unitário de Emissão
---	--------------------	---

Tcx_SP_3727178v4_6546/12

Serviço Registral de Pessoas
Naturais, Títulos e Documentos
Pessoas Jurídicas
CURAÍ - PARANÁ



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Unitário)		
10/11/2011	6.000.000,00	5,00%
10/05/2012	6.000.000,00	5,00%
10/11/2012	5.400.000,00	4,50%
10/05/2013	5.400.000,00	4,50%
10/11/2013	6.000.000,00	5,00%
10/05/2014	6.000.000,00	5,00%
10/11/2014	8.400.000,00	7,00%
10/05/2015	8.400.000,00	7,00%
10/11/2015	19.200.000,00	16,00%
10/05/2016	19.200.000,00	16,00%
10/11/2016	15.600.000,00	13,00%
10/05/2017	14.400.000,00	12,00%

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) de 2,90% a.a. (dois inteiros e noventa centésimos por cento ao ano) (“Remuneração”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1); \text{ onde:}$$

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}; \text{ onde:}$$

Fator DI produtório das Taxas DI-Over_k, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k); \text{ onde:}$$

n número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI" em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

TDI_k Taxa DI-Over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1; \text{ onde:}$$

DI_k Taxa DI-Over de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}; \text{ onde:}$$

onde:

spread 2,9000;

DUP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUITROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A Remuneração será devida semestralmente, sem carência, nos dias 6, sendo o primeiro pagamento devido no dia 6 de novembro de 2011 e o último na Data de Vencimento (cada, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro período de capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, do respectivo período ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na presente Escritura de Emissão) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização de Assembleia de Debenturistas descrita no item 4.9.6 acima, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir a respectiva data de referência, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.9.8. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 4.9.6 acima, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da Remuneração e eventuais encargos devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.9.9. Farão jus à Remuneração os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.4. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora dos valores previstos no item 4.11.4. abaixo, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (ii) não cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores (conforme definido abaixo), de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e demais Documentos da Emissão, incluindo as obrigações constantes na Cláusula Quinta abaixo, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) inadimplemento cruzado e vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações principais ou acessórias (a) da Emissora e/ou (b) de seus acionistas (c) e/ou dos Garantidores e/ou suas controladas diretas e indiretas; assumidas com os Debenturistas e/ou quaisquer sociedades integrantes dos grupos dos Debenturistas;
- (iv) inadimplemento cruzado e vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações

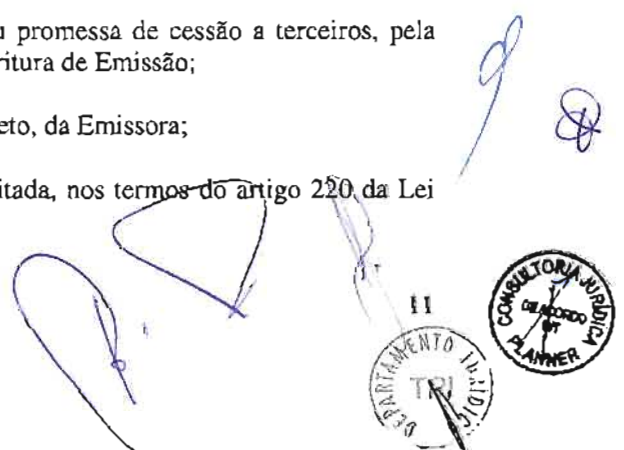
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

principais ou acessórias (a) da Emissora e/ou (b) da Rio Tibagi e/ou de suas controladas diretas e indiretas; assumidas com terceiros cujo somatório seja igual ou superior ao montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

- (v) inadimplemento cruzado e vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações principais ou acessórias da TPI assumidas com terceiros cujo somatório seja igual ou superior ao montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (vi) descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Emissora perante o Poder Concedente, em relação ao Contrato de Concessão, e que não tenham sido sanadas no prazo previsto na legislação aplicável ou no âmbito do Contrato de Concessão;
- (vii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de decisão judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (viii) provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (ix) comprovadamente ocorra deterioração, perda, diminuição ou invalidade dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), seja por medida judicial ou em virtude de ato de terceiros;
- (x) autuações de natureza fiscal, relativas a constituição de crédito tributário a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em razão de divergências na aplicação do coeficiente para determinação da base de cálculo dos respectivos tributos com base no lucro presumido, existentes e a serem materializadas em montantes superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xi) exceto pelo disposto no item (x) acima, uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em decorrência de autuações impostas à Emissora e/ou à Rio Tibagi e/ou suas controladas diretas e indiretas, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, de defesa da concorrência, dentre outros, em conjunto ou isoladamente resultem em obrigações de pagamento em montantes superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xii) concessão pela Emissora de mútuos a terceiros sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (xiii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, desde que a decisão não seja revervida em até 30 (trinta) dias;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (xiv) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, contra a Emissora;
- (xv) existência de execuções judiciais de qualquer natureza sobre (a) a Emissora, e/ou (b) à Rio Tibagi e/ou suas controladas diretas e indiretas, cuja soma seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada sociedade;
- (xvi) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (xvii) venda ou alienação de ativos essenciais ao desenvolvimento da exploração da atividade da Emissora e/ou Rio Tibagi e/ou de ativos não essenciais ao desenvolvimento da operação da Emissora cujo valor individual e/ou agregado supere o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xviii) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre (a) a Emissora e/ou (b) a Rio Tibagi e/ou suas controladas diretas e indiretas, em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), em valor agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada sociedade e que não sejam satisfatoriamente esclarecidas aos Debenturistas;
- (xix) comprovada alteração material adversa no estado econômico-financeiro da Emissora que a impossibilite de cumprir as suas obrigações em relação ao Contrato de Concessão ou nos Documentos da Emissão;
- (xx) não prestação, pela Emissora, de informações relevantes ou apresentação de informações incompletas aos Debenturistas em relação à Emissão e/ou à situação econômico-financeira da Emissora em até de 10 (dez) dias corridos contados da data que a Emissora receber notificação do Agente Fiduciário;
- (xxi) prestação de informações inverídicas ou alteradas aos Debenturistas em relação à Emissão e/ou à situação econômico-financeira da Emissora, inclusive por meio de documento público ou particular de qualquer natureza, diretamente ou por meio de prepostos ou mandatários;
- (xxii) qualquer alteração societária, relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação ou reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Rio Tibagi, sem a prévia anuência dos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xxiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xxiv) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora;
- (xxv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

- (xxvi) constituição de qualquer tipo de ônus ou gravame sobre as garantias constituídas no âmbito da Emissão por meio dos Contratos de Garantia, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas;
- (xxvii) constituição de garantias de quaisquer espécies da Emissora a terceiros cujo valor individual ou agregado supere R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) ao ano, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas;
- (xxviii) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxix) recompra, pela Emissora, de ações ou formalização de compromisso futuro de recompra de ações na forma de opções;
- (xxx) alocação constatada, pela Emissora, de recursos em despesas não relacionadas às atividades operacionais da Emissora;
- (xxxi) não obtenção, pela Emissora, de classificação de *rating* para a Emissão em até 60 (sessenta) dias após a data da subscrição; e
- (xxxii) não apresentação do relatório anual e/ou relatório de monitoramento de avaliação da agência classificadora de risco das Debêntures a cada aniversário da obtenção da classificação de *rating*.

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (a) na hipótese dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i) e (xiv) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer um dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, (b) nas demais hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado previstas no item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, exceto se tal Assembleia Geral deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.11.2. (b) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for constatada a ocorrência dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo (exceto no caso do evento previsto no item 4.11., alínea "a", caso em que os encargos moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido neste item 4.11. seja realizado por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.11.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.4. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Aquisição Facultativa

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido de Remuneração e dos encargos moratórios, aqui previstos se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 4.12.1., se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista no item 2.5.2. acima.

4.13. Resgate Antecipado Facultativo Total e Parcial

4.13.1. A partir da Data de Emissão, mediante deliberação do Conselho de Administração da Emissora, as Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, pela Emissora, com seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração calculada desde a Data da Emissão ou a data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e (ii) de um prêmio, calculado *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas (Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente), de acordo com os termos descritos no item 4.13.2 abaixo, desde que seja enviada notificação ou publicado comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data efetiva do resgate, informando a data em que as Debêntures serão resgatadas, se o resgate será total ou parcial e, neste caso, qual a quantidade a ser resgatada, e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

4.13.2. O prêmio mencionado na alínea (ii) do item 4.13.1 acima será (a) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), se o resgate ocorrer até o término do 1º (primeiro) ano; (b) 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento), se o resgate ocorrer após o término do 1º (primeiro) ano e até o término do 2º (segundo) ano; (c) 0,90% (noventa centésimos por cento), se o resgate ocorrer após o término do 2º (segundo) ano e até o término do 3º (terceiro) ano; (d) 0,70% (setenta centésimos por cento), se o resgate ocorrer após o término do 3º (terceiro) ano e até o término do 4º (quarto) ano; (e) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento), se o resgate ocorrer após o término do 4º (quarto) ano e até o término do 5º (quinto) ano; e (f) 0,40% (quarenta centésimos por cento), se o resgate ocorrer após o término do 5º (quinto) ano e até o término do 6º (sexto) ano.

4.13.3. Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.4. No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures custodiadas no SND, a

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

operacionalização do resgate antecipado será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas relacionadas a este processo, tais como a qualificação, apuração, e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Adicionalmente, fica definido que caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.13.4. A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado total ou parcial com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.15. Garantias

4.15.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária das Ações da Econorte e Outras Avenças” (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Econorte”); (ii) penhor de 2º grau sob a condição suspensiva de quitação do empréstimo para capital de giro contraído junto ao Banco do Brasil S.A., de 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato Condicional de Penhor de 2º Grau das Ações da Econorte e Outras Avenças” (“Contrato Condicional de Penhor de 2º Grau de Ações Econorte”); (iii) (a) vinculação dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi por meio de conta centralizadora vinculada, e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes da conta da Emissora e da conta da Rio Tibagi, e dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi decorrente de certos contratos relevantes (incluindo de prestação de serviços), nos termos do “Instrumento Particular de Vinculação de Receitas, Cessão Fiduciária e Administração de Contas e Outras Avenças” (“Contrato de Administração de Contas”); e (iv) cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão detida pela Emissora sob a condição suspensiva de quitação do empréstimo para capital de giro contraído junto ao Banco do Brasil, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato Condicional de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária Condicional de Direitos Emergentes Econorte” e, em conjunto com os demais contratos listados nos itens (i) a (iii) acima, os “Contratos de Garantia”).

4.15.2 Esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição serão doravante denominados em conjunto os “Documentos da Emissão”.

4.16. Garantia Fidejussória

4.16.1. Os Garantidores, neste ato, nos termos dos artigos 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil Brasileiro”), constituem-se como fiadores e

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora em relação ao pronto, fiel e integral pagamento de todas e quaisquer obrigações contraídas nos termos da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas").

4.16.2. A obrigação dos Garantidores além de compreender o montante de principal, juros, encargos ordinários e/ou de mora e demais montantes estabelecidos na Escritura de Emissão, abrange também o pagamento de todas e quaisquer despesas, custos, taxas, impostos e/ou outros tributos de qualquer natureza devidos nesta Escritura de Emissão e/ou por conta da Fiança.

4.16.3. A presente Fiança é outorgada em caráter irrevogável e irretroatável e será sempre boa, firme e valiosa a qualquer tempo, obrigando os Garantidores e seus sucessores a qualquer título, pelas obrigações aqui estabelecidas.

4.16.4. Para fins dos artigos 265 e 828 do Código Civil Brasileiro, os Garantidores reconhecem e concordam que são solidariamente responsáveis com a Emissora pelas Obrigações Garantidas.

4.16.5. A Fiança ora outorgada é concedida com expressa renúncia por todos Garantidores aos benefícios de ordem e aos demais previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 829, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro").

4.16.6. Não obstante o previsto nas Cláusulas 4.16.4 e 4.16.5 acima, as Partes concordam que a execução da presente Fiança independe de qualquer ato específico além da mera notificação para qualquer dos Garantidores, individualmente ou em conjunto, a critério do Agente Fiduciário, em nome e em benefício dos Debenturistas. Caso um dos Garantidores seja notificado individualmente isso já será considerado suficiente para executar a presente Fiança, independente de qualquer notificação ao outro Garantidor.

4.16.7. Fica facultado aos Garantidores efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelos Garantidores, isoladamente ou em conjunto.

4.16.8. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Garantidores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.16.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.16.8. Os Garantidores declaram e garantem que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.16.9. Em virtude da Fiança prestada pelos Garantidores, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo,

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Estado de São Paulo, e Jataizinho, Estado do Paraná, em até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.17. Local de Pagamento

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriturador.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia em que bancos estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, e de Londrina, no Estado do Paraná, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábados, domingos ou feriados nacionais.

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Folha de Londrina, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade dos Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (b) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora e suas controladas;
- (c) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão,

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

- (d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicáveis, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (f) manter o registro de (e abster-se de suspender a) negociação das Debêntures na CETP;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (h) manter, por todo o período de vigência desta Escritura de Emissão, relativas ao período trimestral encerrado no último dia dos meses de (i) março, (ii) junho, (iii) setembro e (iv) dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração relativa ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, a relação

- Dívida Líquida/EBITDA em patamar igual ou inferior a 3x, a qual será calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; e

Índice de Cobertura de Serviço da Dívida superior a 1,3x calculado com base nos últimos 12 (doze) meses, entendido como:

EBITDA – Impostos +/- Variação de Capital de Giro – CAPEX não financiado

Principal + Juros

Para fins desta Escritura de Emissão, o termo (i) "Dívida Líquida" significa a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades; sendo que os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora deverão integrar o conceito de Dívida; e (ii) "EBITDA" significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; e (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (iv) provisão para manutenção da rodovia; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. No cálculo da Variação de Capital de Giro será incluída a variação específica na conta do ativo da Econorte resultante da operação de antecipação de despesas à Rio Tibagi;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (i) não realizar quaisquer fusões, aquisições e reestruturações acionárias;
- (j) cumprir com todas as leis e regras aplicáveis, especialmente trabalhistas e ambientais;
- (k) não permitir qualquer alteração ou modificação do seu controle acionário direto ou indireto sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (l) manter, durante todo o prazo da Emissão, capital social mínimo determinado no edital e/ou contrato de concessão;
- (m) manter, durante todo o prazo da Emissão, a propriedade e cobertura de seguros adequada;
- (n) manter a Emissão ao menos *pari passu* em termos e condições a qualquer outra dívida sênior eventualmente contraída pela Emissora;
- (o) não contratar quaisquer serviços de operação e manutenção com terceiros e não determinar, nem permitir que sejam determinados os valores máximos dos contratos de operação e manutenção da Rio Tibagi sem a prévia aprovação dos Debenturistas;
- (p) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis após a publicação de suas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, memória de cálculo do índice financeiro objeto a alínea (h) deste item 5.1;
 - (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima;
 - (v) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (r) abaixo; e
 - (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venha a ser por este solicitada para cumprir determinação estabelecida em ordem emanada por autoridade competente, regulamentação ou lei aplicável;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (q) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (r) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (s) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (t) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário, e sistema de negociação no mercado secundário;
- (v) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora; e
- (w) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. A Rio Tibagi e a TPI, conforme o caso, estão adicionalmente obrigadas a:

- (a) a Rio Tibagi está obrigada a não contratar qualquer endividamento, seja por meio de uma ou uma série de operações durante um prazo de 12 (doze) meses com valor acima de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); e
- (b) a Rio Tibagi e a TPI estão obrigadas a não permitir qualquer alteração ou modificação do seu controle acionário direto ou indireto sem a prévia anuência dos Debenturistas.

5.3. As despesas a que se refere a alínea (w) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais Comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora em razão de um motivo justificado e não entregues, sem qualquer justificativa, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;
- (d) despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias objeto do item 4.15 acima, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, devendo, em qualquer caso, realizar no mínimo três cotações com empresas com sabida experiência e reputação ilibada no mercado e contratar a preços de mercado; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos interesses dos Debenturistas, desde que devidamente comprovados e sejam razoáveis.

5.3.1. No caso de inadimplemento pela Emissora em relação às despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e ressarcidas pela Emissora imediatamente após solicitação recebida do Agente Fiduciário, desde que razoáveis, dentro dos parâmetros do mercado e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações judiciais serão também suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplência da Emissora com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

5.4. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476/09:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e

- (e) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM nº 28/83”), ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (k) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

exequível de acordo com os seus termos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) Parcelas anuais de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) Dias Úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (ii) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (iii) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "pro rata temporis";
- (iv) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (a) à assessoria aos titulares das Debêntures, (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (c) à implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e (d) à execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação;
- (v) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (vi) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (vii) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros; e
- (viii) No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios; e

III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos titulares das Debêntures adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares das Debêntures, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures bem como sua remuneração.

6.4.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEPAR, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

constantes de tais informações;

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, em até 01 (um) Dia Útil a partir data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do § 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora; os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- vii. relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
 - viii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - ix. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriurador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriurador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (r) verificar a manutenção da regularidade e exequibilidade das garantias prestadas.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) executar as garantias objeto dos Contratos de Garantia, judicial ou extrajudicialmente, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o no pagamento dos Debenturistas; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 6.6. acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.1. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará na remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à ora avençada.

6.7.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela semestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEPAR junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. A eventual opção por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.2.(b) desta Escritura de Emissão, deverá ser aprovada por Debenturistas representando não menos que 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE**

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes aos controladores da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A Assembleia Geral objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo, 8 (oito) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem, nesta data e na data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, no caso da Emissora e da TPI, e sob a forma de sociedade limitada, no caso da Rio Tibagi, de acordo com as leis brasileiras, e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, conforme aplicável, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações previstas em tais documentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Emissora e dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão, conforme aplicável, têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Garantidores, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão, os demais Documentos da Emissão e as obrigações previstas em tais documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora e dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas em tais documentos, a emissão das



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora e dos Garantidores, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e dos Garantidores, exceto pelas garantias descritas nesta Escritura de Emissão, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, os Garantidores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, os Garantidores ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (f) têm, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) cumprem, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira atualmente em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, e está, assim como suas controladas, obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor e não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental, trabalhista e/ou previdenciária contra a Emissora ou os Garantidores, nos termos de qualquer legislação aplicável, que possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- (h) as informações fornecidas pela Emissora e pelos Garantidores aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita, e as informações públicas fornecidas pela Emissora, incluindo, entre outras, seu Formulário de Referência, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (i) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- (j) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante, além daquelas atuações mencionadas no item 4.11.(x) desta Escritura de Emissão;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (m) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e aquisição facultativa nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (q) têm ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.1.1. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que possa afetar de forma adversa e relevante a sua condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, ou a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. – ECONORTE

Rua Olimpíadas, 205/1402, São Paulo, SP, 01454-010.

At.: Sandro Antonio de Lima / Paula Paulozzi Villar

Tel.: +55 11 21693999

Fax: + 55 11 21693969

Email: sandro.lima@triunfo.com / paula.villar@triunfo.com

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 – 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo/ SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: 11 2172-2628

Fax: 11 3078-7264

Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Para os Garantidores:

TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Rua Olimpíadas, 205/1402, São Paulo, SP, 01454-010.

At.: Sandro Antonio de Lima / Paula Paulozzi Villar

Tel.: +55 11 21693999

Fax: + 55 11 21693969

Email: sandro.lima@triunfo.com / paula.villar@triunfo.com

RIO TIBAGI SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E APOIO RODOVIÁRIO LTDA.

Rua Olimpíadas, 205/1402, São Paulo, SP, 01454-010.

At.: Sandro Antonio de Lima / Paula Paulozzi Villar

Tel.: +55 11 21693999

Fax: + 55 11 21693969

Email: sandro.lima@triunfo.com / paula.villar@triunfo.com

Para a CETIP:

CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E:mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUITROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo a Emissora, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

Cláusula Décima Primeira – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco. segue
página de assinatura.]

Serviço Registral de Pessoas
Naturais, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
URAI/PRARARÁ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

E, por estarem assim justas e convenientes, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas:

São Paulo, 10 de maio de 2011.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE

Nome: Rafael Ogama
Cargo: Diretor-presidente

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora

TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome: Flávia Benedita de Oliveira
Cargo: Procuradora

RIO TIBAGI SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E APOIO RODOVIÁRIO LTDA.

Nome: Flávia Benedita de Oliveira
Cargo: Procuradora

Testemunhas:

Nome: Christian Las Casas de Oliveira Couto
RG: 33.178.639-4
CPF: 379.263.298-51
RG: 45.006.450

Nome: Sandro Antonio de Aguiar
Cargo: Diretor administrativo-financeiro

Nome: Arur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

Nome: Sandro Antonio de Aguiar
Cargo: Diretor administrativo-financeiro

Nome: Rogério de Moraes
Cargo: Administrador

Nome: Flávio D. Aguiar
RG: 33.178.639-4
CPF: 286.219.588-64



**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS**

COMARCA DE URAI - ESTADO DO PARANÁ

Apostado nesta data sob.º 12700

de protocolo A 02, e Registrado sob

N.º 9312 do Livro B-71

Urai, 13 de 05 de 2011

Guilherme Moraes Laureano
Escrivente



Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

209 TABELIÃO DE NOTAS
20 cartório
WANDERLEY BASIOTTI
Escrivente Autorizado
Rua Joaquim Floriano, 889
SÃO PAULO

Reconheço por semelhança as firmas de: VIVIANE APARECIDA RODRIGUES AFONSO e
ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 11 de maio de 2011.
Em Teste da verdade. Cdd. [-1218182813435932426620-1376]

WANDERLEY BASIOTTI - ESCRIVENTE AUTORIZADO (Rtd 2: Total R\$ 11,00)
Selo(s): 2 Ato(s): 1077AA-0298088

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
BRUNA
VALOR ECONÔMICO 2
1077AA298088

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS - SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS

- Válido somente com os selos AA275432, AA275433 e AA275434 -

Reconheço, por semelhança, as firmas de: SANDRO ANTONIO DE LIMA,
HELIO OGAMA, HERNES BENITH DE OLIVEIRA e ROBERTO DE MORAES.
São Paulo, 11 de maio de 2011.
Em testemunho da verdade.

SERGIO RICARDO PEREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADO
AV. 201105111257421 Preço da firma R\$ 5,50 (5 reais e 50 centavos) Total R\$

24
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
BRUNA
VALOR ECONÔMICO 2
1049AA275432
1049AA275433
1049AA275434
AUTENTICIDADE